

Guedes diz que há risco de País ter hiperinflação

Para ministro, cenário pode se concretizar rapidamente se dívida não for equacionada

BRASÍLIA
SÃO PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o Brasil pode “ir para uma hiperinflação muito rápido” se não rolar a dívida pública satisfatoriamente. No evento Boas práticas e desafios para a implementação da política de desestatização do governo federal, organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), ele se disse frustrado por não ter conseguido ainda privatizar nenhuma empresa estatal, como prometido na campanha do presidente Jair Bolsonaro, e defendeu desinvestimentos para reduzir o endividamento público.

Assessores do ministro rechaçaram avaliação de que mensagem de Guedes represente “terrorismo fiscal”. Eles destacam que essas incertezas, que podem piorar ainda mais os indicadores, ocorrem num momento em que a economia real está “com punch” para a retomada. “Estamos roucos de tanto gritar” resumiu um assessor do ministro ao comentar o alerta de Guedes sobre o risco de hiperinflação.

Os economistas classificam de “hiperinflação” quando o principal conjunto de preços de um País – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso brasileiro – aumenta de valor em mais de 50% em um mês. O Brasil viveu mais de uma década nessa situação, entre o começo dos anos 1980 e o lançamento do Plano Real em 1994. Em março de 1990, a inflação mensal ultrapassou a casa dos 80%.

Como comparação, em outubro deste ano o IPCA subiu 0,86%, de acordo com dados divulgados na última sexta-feira pelo IBGE. O centro da meta de inflação para todo o ano de

2020 é de 4%, mas os analistas de mercado esperam um índice de 3,20% neste ano, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central publicado na última segunda-feira.

A fala do ministro da economia foi um “alerta evidente” para a necessidade de o Congresso correr com a aprovação das reformas e os projetos da pauta econômica, segundo assessores de Guedes. A discussão dos projetos, que incluem medidas duras e impopulares de corte de gastos, foi paralisada por determinação do presidente Jair Bolsonaro até o final das eleições municipais. Guedes quer retomar as discussões já no dia 16 de novembro, no dia seguinte do primeiro turno, e sua equipe econômica tem intensificado as discussões. O clima na Câmara, porém ainda, está muito conflituoso por conta das disputas em torno da sucessão de Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Assessores do Ministério da Economia garantiram que, por trás do alerta do risco de hiperinflação, não há nenhuma insatisfação de Guedes com o trabalho do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Os dois afirmam que estão na trincheira da defesa do ajuste e manutenção do teto de gastos.

Câmbio. Mas há a percepção na equipe econômica que a inflação pode acelerar rapidamente num cenário de pressão do câmbio com dúvidas sobre a trajetória da dívida, o que atrapalharia a manutenção de juros baixos, o crédito e investimentos.

● **Frustração**
“Estou bastante frustrado com o fato de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido ainda vender nenhuma estatal.”
Paulo Guedes
MINISTRO DA ECONOMIA



LEONARDO HLADZUK/MRE

Uma fonte da equipe econômica disse que Guedes e Campos Neto estão preocupados com o problema do déficit fiscal e as providências para sua equação, pois não há margem mais da política monetária, se não resolver o problema fiscal. A falta de definição do governo e os desejos das áreas palacianas de continuar gastando podem pressionar muito os déficits com taxas de juros cada maiores para financiá-lo. Na avaliação dessa fonte, Guedes e Campos Neto estão só nessa luta.

“Estou bastante frustrado com o fato de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido ainda vender nenhuma estatal”, afirmou Paulo Guedes.

Sem conseguir levar desinvestimentos nem a venda de imóveis públicos para frente, Guedes ressaltou que o País carrega empresas e bens ineficientes, enquanto tem uma dívida que cresce como “bola de neve”. “Se tivéssemos matado a dívida, estaríamos com recursos alocados para fazer transferência de renda”, completou o ministro.

Em outro evento também nesta terça, o ministro afirmou que, até dezembro de 2021, quatro estatais já deverão ter sido

vendidas: Correios, Porto de Santos, Eletrobrás e PPSA, que administra o sistema de partilha de petróleo. “Até dezembro, essas quatro devem estar feitas. E muitas outras. Esse é o ponto de partida. Estamos propondo isso para o Congresso nos próximos 30 a 60 dias”, disse, em evento virtual sobre países emergentes, organizado pela agência Bloomberg. /LORENA RODRIGUES, EDUARDO RODRIGUES, ADRIANA FERNANDES e E THAIS BARCELLOS

Recado. Assessores veem ‘alerta evidente’ de ministro Guedes por aprovação de reformas

* **ANÁLISE:** Adriana Fernandes

Ministro toca o terror ao falar de hiperinflação

É sabido que o risco de alta de inflação no Brasil entrou no radar na economia, mas está fora de tom a declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o Brasil pode “ir para uma hiperinflação muito rápido”, se não rolar a dívida satisfatoriamente.

Parece mais uma fala descuidada, usando hipérboles para chamar a atenção do público de dentro (presidente Jair Bolsonaro, colegas de ministério, lideranças do governo e companhia) do que um alerta para os riscos próximos de hiperinflação no Brasil.

A fala de Guedes é, acima de tudo, contraditória com o discurso otimista do ministro, de que a economia está saindo da crise provocada pela pandemia melhor do que a maioria dos outros países e terá um futuro promissor de crescimento em 2021.

O pior é que, com esse alerta, Guedes ignora o papel (ou a efetividade) do Banco Central (BC) na condução da política de juros. Para ter hiperinflação, a política monetária teria de ficar “acomodatícia” por um bom período. É isso que Roberto Campos Neto, presidente do BC, vai fazer? Deixar desancorar as expectativas de inflação?

É como se o ministro e sua equipe não tivessem nada a ver com a política fiscal. Essa, sim, que está no centro da desconfiança dos investidores com os rumos das contas públicas.

O Brasil tem trauma de hiperinflação. A procura por dólar para proteção pode aumentar. Em vez do alerta, Guedes tinha de ter conscientizado Bolsonaro e colocá-lo para trabalhar pelas reformas e aprovar um Orçamento de 2021 crível. A hora da verdade chegará no próximo dia 16, o day after das eleições. Para quem fala o ministro Paulo Guedes? Se há risco de hiperinflação, onde está o BC?

* REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

ENTREVISTA

Armando Castelar, economista do Ibre/FGV

‘Não acho que corremos esse risco’

Luciana Dyniewicz

Ao contrário do afirmado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, não há risco de hiperinflação no País hoje, segundo Armando Castelar, economista coordenador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo ele, porém, caso a dívida continue sua trajetória crescente, o Banco Central pode cair em uma situação de “dominância fiscal”, na qual se vê impossibilitado de aumentar os juros para segurar a inflação porque, se o fizer, a dívida dispara. A seguir, os principais trechos da entrevista.

● **Há risco de hiperinflação no Brasil como disse o ministro Paulo Guedes?**

No momento, acho que não. Seria difícil uma inflação de 3,5% ao ano saltar para hiperinflação. Três questões sobre inflação estão na mesa. Primeiro, ela tem subido. A deterioração nos últimos meses foi grande e concentrada em alimentos, que estão com inflação acumulada de

18%. Alimentos são muito presentes na cesta de consumo. Então a inflação é percebida. Uma segunda questão é se essa perda de controle continua. A inflação já está perto do centro da meta (4%). Há uma preocupação de a alta ser repassada para os preços no ano que vem, quando a meta cai para 3,75%. A notícia de uma vacina aumenta a preocupação. O preço do petróleo também está subindo. A terceira discussão, que é na qual a declaração do ministro está ancorada, é que, se a dívida continuar crescendo, podemos chegar a uma situação em que o Banco Central fica amarrado para aumentar os juros (e segurar a inflação). Isso é conhecido como dominância fiscal, quando a preocupação fiscal domina a política monetária. Nesse caso, chega um ponto em que elevar juros faz a situação fiscal explodir.

● **Qual a probabilidade de isso acontecer?**

Depende de se adotar medidas ou não (para conter o endividamento). Se não se adotar nada, ao longo do tempo,

acaba ocorrendo esse cenário. Não é algo rápido e não necessariamente culmina em hiperinflação, mas em inflação mais alta.

● **O ministro Paulo Guedes disse frustrado por não ter conseguido fazer nenhuma privatização até agora. Privatizar resolverá o problema?**

Não. Ele quis dizer que, privatizando, gera receita, que pode ser usada para abater dívida, mas não reduz o crescimento da dívida. Privatização não vai gerar receita significativa na dinâmica da dívida. Privatização é algo que se faz uma vez. O déficit fiscal vem todo ano. Adia o problema, mas não resolve.

Edital de Convocação - Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo - SEESP - A Presidente Interina do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, Elaine Aparecida Leoni, no uso de suas atribuições legais e estatutárias pertinentes, na forma do artigos 14 a 22 do Estatuto em vigor, convoca a todos os sócios da base territorial estadual, para Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro de 2020, às 10h30 primeira convocação se verificando o quórum de instalação, e em segunda convocação às 11h, com qualquer número de presentes, na Sede dos Sindicatos dos Enfermeiros, sito à Rua José Vicente Azevedo, nº 33, Vila Mariana, CEP nº 04139-030, em São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e Eleição da Comissão Eleitoral que coordenará o processo eleitoral para renovação da direção do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo - SEEP para o período de 2021/2025. E para que ninguém possa alegar ignorância, será este edital fixado na sede e subdesdes dos Sindicatos dos Enfermeiros do Estado de São Paulo e publicado em jornal de grande circulação. São Paulo, 10 de novembro de 2020. Elaine Aparecida Leoni - Presidente.



MEDIA LAB
ESTÁDIO

APRESENTADO POR



estre
LIXO É SO O COMEÇO

Marco do saneamento vai turbinar gestão de resíduos

Conjunto de leis foi aprovado no Congresso durante a pandemia

Agora em 2020, durante uma pandemia, o Congresso Nacional aprovou o Marco Nacional do Saneamento Básico, conjunto de regras importantes para destravar o setor e atrair mais investimentos privados, como já vem ocorrendo nos últimos meses. Há dez anos, processo semelhante havia ocorrido com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que também trouxe muitas expectativas positivas ao setor privado. Uma década depois, entretanto, os desafios ainda são enormes, e existe o risco de, no futuro, o mesmo ocorrer com o conjunto de novas regras do saneamento recém-promulgadas. Pelas regras aprovadas neste ano, o setor de resíduos sólidos também será beneficiado, porque os municípios serão obrigados a colocar em operação instrumentos financeiros, como cobrança de taxas, para destinar corretamente o lixo. “É muito importante isso, porque a lei obriga o gestor a dar uma solução, e não mais apenas empurrar com a barriga. Temos agora ferramentas muito importantes para serem usadas”, diz Julio Volotão, CEO da Estre Ambiental, empresa privada que faz a triagem mecanizada de resíduos sólidos antes de serem depositados nos aterros sanitários.

Segundo ele, entretanto, todos precisam ficar atentos para que a implementação das normas ocorra.



Com as novas regras, os municípios devem colocar em operação instrumentos financeiros para destinar corretamente o lixo

“Nós precisamos de um reforço por parte dos agentes públicos para que tanto a Lei de Resíduos Sólidos quanto o Marco do Saneamento tornem-se efetivos”, diz Volotão. De acordo com o executivo, o exemplo envolvendo o fim dos lixões é emblemático. “Quando a lei estabelece uma data limite para finalizar os lixões, essa data deve ser respeitada, e não adiada, como ocorreu”, afirma.

O caminho para todo o setor, do ponto de vista prático, é o desenvolvimento de alternativas cada vez mais sustentáveis, defende Volotão. “Temos que, primeiro, incrementar a educação ambiental, porque uma parcela grande de responsabilidade na questão dos resíduos sólidos é da população. É o elo em que o consumo se torna resíduo. É preciso uma estrutura de comunicação de larga escala para resolver isso.”

Outra parte do problema deve ser enfrentada em nível municipal,

segundo o CEO da Estre Ambiental. “O município é que precisa criar uma estrutura de serviços de valorização dos resíduos, passando por coleta seletiva, recepção e destinação correta.” Sem essa dinâmica, explica Volotão, a tendência é ocorrer o que o setor se acostumou a presenciar. “A coleta seletiva passava na porta das pessoas, mas já no caminhão os resíduos se misturavam e eram destinados aos aterros de forma indiscriminada. Isso faz com que qualquer programa caia em descrédito.”

O conjunto de ações para que tanto a jovem Política Nacional de Resíduos Sólidos quanto o recém-nascido Marco do Saneamento sejam implementados também envolve o setor industrial, na análise do executivo. “O papel da indústria é importante no sentido de avançar nos acordos setoriais para que a logística reversa se torne uma prática viável.”

Este material é produzido pelo Media Lab Estádio com patrocínio da Estre.